

FINANCIAMENTO, CAPACITAÇÃO, SINERGIAS, RECONHECIMENTO DA MARCA, VALOR ECONÓMICO DO DESPORTO e COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL foram palavras de ordem no 1º CONGRESSO NACIONAL do DESPORTO.

Após dezoito duros meses de pandemia, que em muito condicionaram a prática desportiva em geral, enfrentamos agora, após uma RETOMA tímida em muitos aspetos, o período que deveremos considerar como momento decisivo para a recuperação do tempo perdido.

Um recente estudo publicado pelo INE (5 de abril de 2022) sobre o "estado do desporto em Portugal", no ano de 2021, o qual se entende ser o do início da recuperação, mostra alguns indicadores que podemos considerar, apesar de tudo, de certo modo não demasiado negativos, sobretudo se considerarmos os tão longos hiatos quer no que se refere ao treino e sobretudo às competições desportivas.

O movimento associativo federado, como é seu apanágio, assim que pôde reiniciar a sua atividade, embora condicionada, entregou-se de alma e coração, à recuperação do muito tempo perdido.

Assim, e de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), as quebras apresentadas no número de praticantes (números de finais de 2020 os quais serão os praticantes em atividade na época de 2020/2021) indicam que existiam 11 066 clubes (menos 3,2% do que em 2019) e um total de 587 812 praticantes inscritos nas Federações desportivas (-14,7%). O futebol foi a modalidade com maior número de praticantes (32,5% do total), seguida do voleibol (9,1%), andebol (7,7%) e basquetebol (4,7%). Nas modalidades com maior número de inscritos, os homens predominavam no



























futebol (94,1%), basquetebol (64,2%) e andebol (58,4%), enquanto as mulheres eram maioritárias na prática de voleibol (54,9%).

No entanto, foi, por mais de uma vez indicado por diferentes oradores, no que diz respeito aos resultados desportivos alcançados em algumas das mais importantes competições mundiais, que o ano desportivo de 2021 foi um dos melhores de sempre. Facto que se deve ao bom trabalho das federações desportivas nos últimos anos, acrescido da possibilidade que foi dada aos atletas internacionais de continuarem a treinar e frequentar instalações desportivas mesmo nos períodos de confinamento mais restritos.

As restrições à prática desportiva far-se-ão, nesta fase de RECUPERAÇÃO sentir, no desenvolvimento dos escalões competitivos mais jovens. Para além disso, deveremos ficar atentos ao desenvolvimento daqueles que, pela sua idade, ainda não estão inseridos no movimento associativo e que estiveram, durante largos meses, condenados à quase inatividade o que lhes poderá ter provocado lacunas no seu natural desenvolvimento físico/motor que, terá sem dúvida, repercussões negativas no futuro a curto e médio prazo.

O financiamento público do sistema apontado, há muito, como uma grave lacuna no desenvolvimento desportivo torna-se nesta fase da RECUPERAÇÃO como um fator decisivo para o desenvolvimento desportivo, hoje mesmo imprescindível para a retoma do setor.

Em 2020, o financiamento do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) às Federações desportivas atingiu 40,8 milhões de euros, menos 11,1% do que no ano anterior. O Apoio às Atividades desportivas destacou-se com 53,5% do total, superando



























a Alta competição (38,3%). Números que se encontram, muito abaixo do nível mínimo do que será necessário para um desenvolvimento equilibrado das diferentes modalidades desportivas. Os constrangimentos destacados por diferentes oradores, deve-se sobretudo à insistência por parte de sucessivos governos em ligar exclusivamente às verbas a atribuir ao desporto uma mera parcela das provenientes dos resultados financeiros dos "Jogos Santa Casa".

Para um desenvolvimento desportivo equilibrado, há necessidade de uma revisão urgente. Podemos dizer que o desporto português que representa, e bem, o país nos diferentes areópagos internacionais não tem qualquer contributo dos impostos que todos os portugueses pagam! Se, por absurdo, os portugueses deixassem de jogar nos jogos sociais o desporto pura e simplesmente DEFINHARIA!

Para além disso, deveremos ter em consideração o valor que o desporto acrescenta à economia do país, o qual, está muito para além daquilo que é o retorno para as organizações que produzem estes bens e serviços.

Em 2021 (dados preliminares), o total de exportações de bens desportivos ascendeu a 536,7 milhões de euros (mais 25,3% do que em 2020) e as importações ficaram em 331,1 milhões de euros (-1,7%), resultando num saldo positivo de 205,6 milhões de euros na balança comercial de bens desportivos (mais do dobro do valor de 2020; 91,7 milhões de euros). O saldo positivo da balança comercial de bens desportivos, ficou a dever-se essencialmente à exportação de bicicletas, cujo valor atingiu 308,1 milhões de euros, em relação a um valor importado de 31,1 milhões de euros.

O saldo positivo entre exportações e importações de bens desportivos representou na balança comercial do país **205 milhões de euros**, mas o motor desportivo do país que



























é, sem dúvida, o movimento associativo recebeu para sua atividade **40.8 milhões de** euros!

Foram apresentados vários exemplos de outros países europeus com os quais Portugal, em termos de dimensão geográfica e populacional inevitavelmente se compara, mas dos quais em termos do impacto social e económico continuamos longe.

Atualmente o desporto português apresenta menos de metade dos resultados desportivos da média dos países com dimensão geográfica e populacional semelhante à nossa, quer em termos de resultados ou mesmo de desenvolvimento desportivo.

No plano financeiro o desporto português apresenta praticamente 1/3 da média de financiamento dos restantes países, situação que compromete o desenvolvimento desportivo e a obtenção de mais medalhas.

De qualquer modo, o desporto português, mesmo com parcos recursos tem, através do trabalho de federações e clubes, projetado o muito talento que tem, o qual necessita ainda de ser potenciado e alavancado para que possamos atingir, e posteriormente manter, um nível de resultados mais regular. Como suporte desta afirmação devemos ter em conta os títulos de campeão do mundo ou da europa alcançados nos últimos anos, a uma média de quarenta atletas por ano nos últimos cinco anos.

Podemos ter os melhores projetos, o melhor planeamento, mas deve ser no domínio do financiamento das políticas publicas que o desporto deve encontrar as suas principais fontes.

Potenciar o envolvimento dos jovens, captar mais mulheres quer ao nível da prática quer ao nível do seu papel interventivo ficou expresso no debate. Vivemos numa era digital e





























que exige interações rápidas e, portanto, é necessário continuar a potenciar o valor humano que temos.

Somos reconhecidos pelo enorme talento dos nossos técnicos e mérito dos nossos dirigentes, mas é necessário continuar a capacitar e a formar, sobretudo as novas gerações.

Importa apostar na base quantitativa (mais desporto), mas, também na qualidade (melhor desporto), tendo em conta que existem "zonas etárias" mais favoráveis para a obtenção de melhores performances. Importa ainda criar mais e melhores condições de financiamento para promover mais desenvolvimento desportivo e mais crescimento.

O Desporto e o Turismo são os setores que mais pessoas mobilizam em todo o mundo para fora da sua área de residência. É essencial conhecer-se o impacto financeiro do turismo desportivo em Portugal para o valorizar. O Processo de diferenciação da marca Portugal é um processo dinâmico que necessita de ser todos os dias trabalhado. Os resultados desportivos vão sempre catapultar e acelerar o crescimento da marca, mas é essencial que a marca seja forte para que a sua notoriedade se mantenha, mesmo quando não existem resultados.

Existem quatorze centros de alto rendimento em Portugal, com um enorme potencial de atração, que foi visível pelo número de atletas provenientes de diferentes países que os utilizaram na sua preparação para os Jogos Olímpicos de Tóquio e neles alcançaram medalhas, sendo reconhecidos pela sua excelência. SINERGIA, foi a palavra de ordem para que a visibilidade do que de bom se tem e se organiza em Portugal, seja transportado internacionalmente.





























Como foi dito atrás, o financiamento é escasso. Este tema foi uma preocupação constante durante quase todos os debates. Para além disso, o facto de os valores dos contratos programa com as federações desportivas serem conhecidos e assinados tardiamente, por vezes já com o ano a que dizem respeito em curso, não permite obviamente planificação adequada o que compromete fortemente o trabalho das federações. Contratos plurianuais é um sonho de muitos anos do movimento associativo. O não comprometimento dos sucessivos governos em associarem verbas do Orçamento de Estado (OE) ao desporto impede este tipo de contratos. Os processos de candidatura a fundos não específicos ao desporto no âmbito da união europeia, que foram também apresentados como alternativa de financiamento, é demasiadas vezes confuso e de difícil acesso.

Em termos fiscais, o setor é largamente penalizado em relação a setores equivalentes, destacando-se a questão do IVA e do mecenato desportivo.

A este propósito, o grupo de trabalho que integrava membros das três organizações de cúpula do desporto nacional, CDP, COP, CPP, junto do governo, apresentou em 2020, um conjunto de propostas devidamente fundamentadas e estribadas nos pressupostos do não aumento da despesa pública e da exequibilidade e justiça das medidas. Até ao momento, nenhuma foi acolhida!

Ao nível legislativo, a dúvida permanece se necessitamos de uma alteração do enquadramento jurídico ou se a solução está na procura de uma melhor aplicabilidade. Estará a Lei de Bases ainda adequada ao modelo de desenvolvimento necessário para o desporto português? E o Regime Jurídico das federações desportivas?





























Certo é, que qualquer alteração dos mesmos terá de ser em prol do desenvolvimento desportivo e com contribuição direta do movimento associativo e não efetuada em gabinetes fechados por quem, frequentemente, sabe muito de Direito, mas nunca pisou um recinto desportivo!

Foram feitas muitas perguntas certas, mas foram também indiciadas muitas soluções, terminamos confiantes que a união do setor é essencial para encontrarmos as melhores oportunidades e reclamarmos em conjunto pelo que ao setor é devido e que momentos construtivos como este, que tivemos, são essenciais para o caminho que todos queremos traçar.

























